

CONSERVAÇÃO
INTERNACIONAL



Brasil

O papel das áreas protegidas locais no desenvolvimento sustentável dos municípios em Matopiba

PALAVRAS CHAVES: ÁREAS PROTEGIDAS; MUNICÍPIOS; MATOPIBA.

NOTA TÉCNICA ELABORADA PELA EQUIPE DA CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL (CI-BRASIL) A PARTIR DO RELATÓRIO FEITO PELO INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL – IEB.

AUTORES: MICHAEL BECKER, ARYANNE GONÇALVES AMARAL, MICHAEL JACKSON DE OLIVEIRA E CLÁUDIA SACHETTO NASCIMENTO.



GOOD
GROWTH
PARTNERSHIP



COALIZÃO
MATOPIBA

Sumário Executivo

A mudança rápida e extensiva do uso da terra no Cerrado, principalmente no Matopiba, reforça a necessidade de implementar estratégias eficazes de conservação dos seus remanescentes de vegetação nativa. Esta nota apresenta uma síntese do projeto “Áreas Protegidas Municipais no Matopiba”, que teve como objetivo identificar demandas e apoiar a criação de áreas protegidas na esfera municipal, contribuindo com a expansão do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) no Cerrado.

O processo de desenvolvimento do projeto envolveu mais de 150 instituições nos diferentes setores sociais, 23 municípios e cerca de 200 pessoas. Foram identificadas sete (7) áreas potenciais para criação de Unidades de Conservação totalizando cerca de 2.500 hectares. Dentre estas, uma foi criada, o Parque Natural Municipal de Engenheiro Geraldo Rocha em Barreiras com cerca de 45 hectares; cada uma das demais áreas propostas encontra-se em etapas diferentes do processo de criação desde levantamentos topográficos locais até estudos para a criação concluídos e encaminhados para os órgãos municipais competentes. Além disso, foi constituído o Conselho Gestor da APA do Rio Preto, que envolveu adequações tecnológicas e legislativas para garantir a participação popular no processo decisório sobre o uso do solo em mais de 1 milhão de hectares.

Caso todas as UCs incentivadas pelo projeto sejam criadas, haverá um aumento de 156% em área de unidades de conservação e áreas protegidas municipais (atualmente 1.596 hectares) no Matopiba. Embora ainda seja pouco frente a demanda e o potencial, estes números representam um modelo de que é possível ainda expandir o SNUC com investimentos em políticas de incentivo ao aumento da participação municipal na criação de espaços de proteção e conservação da natureza no país, especialmente nesta região do Cerrado, que possui importantes remanescentes de vegetação nativa ainda pouco protegidos.



Introdução

O Cerrado, nas últimas duas décadas, foi o bioma mais ameaçado pela conversão de vegetação nativa em outros usos (Beuchle *et al.*, 2015). Desde 1970, os produtores rurais vêm sendo incentivados a abrir áreas para expansão das atividades produtivas, resultando, mais recentemente, no estabelecimento de uma nova fronteira agrícola na região conhecida como Matopiba¹. Os incentivos econômicos e apoio dos governos para produção extensiva em larga escala trouxeram grandes transformações nas paisagens do Cerrado, contribuindo para a fragmentação do habitat, perda de biodiversidade, erosão do solo e diminuição na disponibilidade da água (MMA, 2010). **A mudança rápida e extensiva do uso da terra no bioma, especialmente em Matopiba, reforça a necessidade de implementar estratégias eficazes de conservação dos seus remanescentes de vegetação nativa.** No Cerrado, ainda há fragmentos de vegetação nativa que poderiam ser utilizados para criação de áreas protegidas que contribuiriam para a expansão da rede de conservação no bioma (Amaral *et al.*, 2017), principalmente nas regiões que são consideradas áreas-chave para a conservação da biodiversidade e que contêm altos riscos de ameaças, como é o caso da porção entre o centro-sul do Tocantins e o Oeste da Bahia (Corredor Central do Matopiba).

Os remanescentes naturais valorizados e protegidos podem proporcionar uma variedade de benefícios

sociais, ambientais e econômicos às comunidades do entorno, fruto da garantia de provisão dos serviços ecossistêmicos. Uma das formas mais eficazes de obtenção desses benefícios é através da criação, implementação e/ou fortalecimento das Áreas Protegidas Municipais que proporcionam maior contato e conexão da população com a natureza; espaços ao ar livre para a prática de esportes e de lazer; turismo sustentável; educação ambiental; valorização da produção extrativista; aumento na segurança hídrica; e proteção e conservação da biodiversidade.

Neste contexto, o projeto **Áreas Protegidas Municipais no Matopiba**, resultado da parceria entre a Conservação Internacional do Brasil (CI-Brasil) e o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), teve como objetivo principal a criação e implementação de espaços fundamentais para a expansão da rede de conservação do Cerrado. **O projeto buscou identificar iniciativas de proteção de áreas naturais em escala municipal e prestou apoio direto às iniciativas locais, cooperando para a criação de Unidades de Conservação (UCs) e outras Áreas Protegidas nos municípios, tanto em paisagens urbanas como em rurais.** Além disso, o projeto se propôs a engajar, mobilizar e capacitar agentes locais; ações estas, que foram fundamentais para os êxitos deste trabalho.



ÁREAS PROTEGIDAS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Uma das formas mais reconhecidas e utilizadas no mundo para garantir a proteção da biodiversidade e os serviços ambientais são as **Unidades de Conservação**. Trata-se de espaços territoriais com características naturais relevantes, legalmente reconhecidos pelo poder público, com objetivo de conservar a biodiversidade e outros atributos naturais.

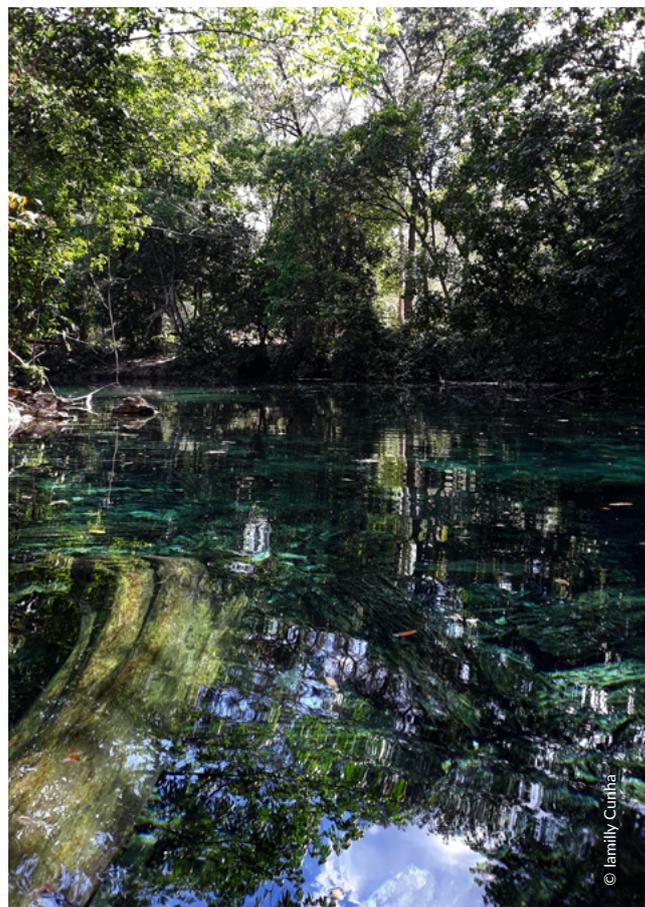
O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) – Lei Federal nº 9.985/2000 é o instrumento legal que define os conceitos, estabelece as normas e os procedimentos oficiais que possibilitam às esferas governamentais, bem como à iniciativa privada, criar, implementar e gerir as UCs no território nacional.

O SNUC estabelece 12 categorias de manejo com diferentes objetivos, metas e restrições de uso, que são organizadas entre os grupos de Proteção Integral e de Uso Sustentável.

No contexto dos municípios, dados coletados pelo Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), do Ministério do Meio Ambiente, apontam que das 2.474 UCs que incidem sobre o território brasileiro, somente 303 são municipais (14%). Apenas 4% dos 5.570 municípios brasileiros abrigam UCs municipais, o que demonstra que estão praticamente invisíveis para a maioria do público e que uma pequena parcela das prefeituras está dedicada à conservação.

Parques Municipais, Áreas de Proteção Ambiental (APAs) e outras categorias de Áreas Protegidas desempenham importantes funções ambientais para os municípios. Essa importância estende-se em **serviços ecossistêmicos como por exemplo, a preservação de mananciais para abastecimento humano, a proteção da biodiversidade, a proteção contra enchentes e deslizamentos, a regulação do microclima, a promoção de lazer e turismo com geração de emprego e renda**. Além disso, e considerando que os estados possuem suas leis de regulamentação do ICMS Ecológico, os municípios que abrigam UCs em seus territórios podem arrecadar uma parcela maior do ICMS que é repassado dos estados aos municípios devido ao atendimento de critérios ambientais pré-estabelecidos na legislação.

Segundo estudos da Fundação SOS Mata Atlântica (2019) e de Pinto et al. (2017), as **UCs municipais brasileiras, em sua maioria, estão localizadas em áreas urbanas e periurbanas, o que proporciona maior aproximação dessas Áreas Protegidas com a população das cidades**. Por outro lado, um dos graves problemas dos municípios, além da carência em termos de recursos físicos, financeiros e humanos, é a falta de capacitação e de quadro técnico de servidores municipais para atuar na criação e gestão de UCs, além da falta de políticas públicas direcionadas ao incentivo da criação dessas áreas, em especial as municipais.



Atualmente, os estados do Rio de Janeiro e do Ceará são os únicos a apresentarem programas municipais com foco na criação de UCs, mas ainda enfrentam entraves políticos.

Os municípios também podem reconhecer e manter Áreas Protegidas com características diferentes das Unidades de Conservação tradicionais reconhecidas pelo SNUC. Essas Áreas Protegidas são denominadas como Outras Medidas Efetivas de Conservação, mais conhecidas pela sigla OMEC, que podem ser parques urbanos, parques lineares, áreas de preservação permanente, corredores verdes, entre outras. Assim como as UCs tradicionais, as OMECs são reconhecidas pela Convenção sobre a Diversidade Biológica, que as define como “uma área que não seja uma Unidade de Conservação, governada e gerenciada de maneira a alcançar resultados positivos e sustentados a longo prazo para a conservação in situ da biodiversidade, com funções e serviços ecossistêmicos associados e, quando aplicável, valores culturais, espirituais, socioeconômicos e outros relevantes localmente” (IUCN-WCPA, 2019). As UCs e as OMECs formam um conjunto de opções para a criação de áreas verdes nos municípios, conhecidos também como infraestrutura verde ou ecológica, que são redes e conexões de áreas verdes multifuncionais para conservação da biodiversidade e o bem-estar humano.

OPORTUNIDADES DE CRIAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS NO MATOPIBA

O Cerrado possui pelo menos 312 Unidades de Conservação municipais, distribuídas por 216 municípios. Assim como observado na Mata Atlântica, as categorias Parque Natural Municipal e Área de Proteção Ambiental Municipal são as mais adotadas pelos municípios, totalizando 79,5% das unidades e 97,9% da área total protegida pelas UCs municipais registradas no Cerrado (Pinto e Costa, 2019; Pinto et al., 2017).

Ainda existem oportunidades para a criação de UCs municipais no Cerrado. Apenas 15,5% dos municípios do bioma possuem UCs municipais. Além disso, o bioma não atingiu a meta de 17% de cobertura de Áreas Protegidas (CDB, 2021). Considerando o território do MATOPIBA, foram registradas somente 22 UCs municipais, que somam 139.446 hectares. São

apenas sete de proteção integral, que representam 1,4% da área total protegida na esfera municipal na região. Na área-alvo do projeto, entre Palmas e Barreiras, são três, sendo dois parques naturais e um monumento natural municipal, totalizando 1.596 hectares (apenas 1% do total).

Apesar do avanço da agroindústria na região, o Matopiba ainda possui os maiores remanescentes de vegetação nativa do Cerrado (ICV, 2018). Esses remanescentes encontram-se em territórios tradicionais, propriedades rurais particulares e/ou em terras devolutas com pouca proteção ambiental legal. Nesse contexto, a criação de UCs municipais é ainda mais importante, principalmente por se tratar de uma região estratégica do ponto de vista ambiental e socioeconômico do país.



Metodologia

O projeto Áreas Protegidas Municipais no Matopiba teve como etapa inicial o engajamento de gestores e atores locais em 23 municípios, sendo 10 prioritários da iniciativa GGP e 13 complementares, com objetivo de identificar demandas de proteção de áreas naturais municipais. Nesta etapa, a equipe do projeto foi a campo para aplicar o **Roteiro de Diagnóstico Municipal, um material adaptado do projeto [Áreas Protegidas Locais](#) que é executado pelo ICLEI e parceiros, com a finalidade de obter uma visão panorâmica do contexto ambiental e da gestão das Áreas Protegidas Municipais**, abrangendo questões ambientais, sociais, econômicas e de governança relevantes à conservação da biodiversidade. Adicionalmente, as questões do roteiro receberam notas que refletiam a importância relativa das informações para a criação e gestão das áreas protegidas, de modo a se gerar um ranking dos municípios. O roteiro de diagnóstico permitiu o levantamento de informações agrupadas em cinco áreas temáticas:

- A. Perfil das Unidades de Conservação e Áreas Protegidas no município;
- B. Cadastro Nacional das Unidades de Conservação (CNUC);
- C. Políticas municipais para a gestão ambiental;
- D. Políticas municipais para a gestão das Unidades de Conservação e Áreas Protegidas;
- E. Casos de sucesso envolvendo a gestão ambiental e de Áreas Protegidas.

Posteriormente, nos municípios onde foram identificadas oportunidades de criação de áreas protegidas, foi aplicado o **Roteiro de Avaliação Técnica da Demanda para Áreas Protegidas Municipais⁴, elaborado com a finalidade de organizar o processo de seleção das áreas junto aos gestores locais, direcionando o diálogo para a identificação daquelas com alto potencial de sucesso e o estabelecimento de parcerias entre o projeto e as prefeituras.**

O documento buscou garantir objetividade na identificação das áreas que, contando com o interesse e vontade do gestor local, ofereceriam viabilidade para serem criadas. O roteiro foi estruturado em três componentes principais:

- A. Motivação para criação/implementação da área protegida;
- B. Pré-caracterização da área a ser protegida e
- C. Proposta de plano de trabalho da parceria.

De modo complementar, foram coletadas informações sobre cobertura e uso do solo dos municípios, Áreas de Proteção Permanente e demandas por restauração, sistemas de saneamento e abastecimento de água e perfil agrícola dos municípios, que integraram o [Painel DIM \(Diagnóstico Interativo Municipal\)](#) para apoiar as avaliações e condução do projeto. Para mais informações sobre o método e as etapas do projeto, recomenda-se a consulta do [relatório completo](#).



4 - O roteiro foi desenvolvido com base no Roteiro para criação de Unidades de Conservação Municipais do MMA, nas informações levantadas na etapa de diagnóstico e com a colaboração da equipe do projeto.

Principais Resultados

A partir das informações levantadas com o Roteiro do Diagnóstico Municipal foi possível obter um ranqueamento dos municípios prioritários e um panorama comparativo da situação ambiental e da gestão das Áreas Protegidas. Os municípios de Palmas (TO), Porto Nacional (TO) e São Desidério (BA) foram os melhores classificados, porém Palmas (TO) se destacou por ter 23 áreas protegidas reconhecidas formalmente, de acordo com seu Plano Diretor, e por possuir políticas municipais voltadas para a gestão de Unidades de Conservação e outras áreas protegidas.

Em conformidade com o ranqueamento, os 06 municípios com melhor classificação foram aqueles que se mantiveram engajados para o processo de seleção das áreas para conservação. **Em cada município, a partir dos diálogos com os gestores**

municipais, houve a seleção de pelo menos uma área com potencial para conservação, resultando em uma demanda total de 2.474,00 hectares. A tabela 2 apresenta a relação dos municípios com as suas respectivas potencias UCs, assim como suas notas do ranqueamento.

Nesse sentido, o projeto conseguiu avançar com o processo de criação de áreas protegidas nos municípios de Palmas (TO), Santa Rosa (TO) e Barreiras (BA), alcançando as etapas de detalhamento do plano de trabalho e assinatura dos termos de cooperação. Mesmo diante do contexto adverso, onde o processo de seleção das áreas teve sua dinâmica alterada devido à pandemia da Covid-19, avalia-se que o projeto alcançou importantes resultados.

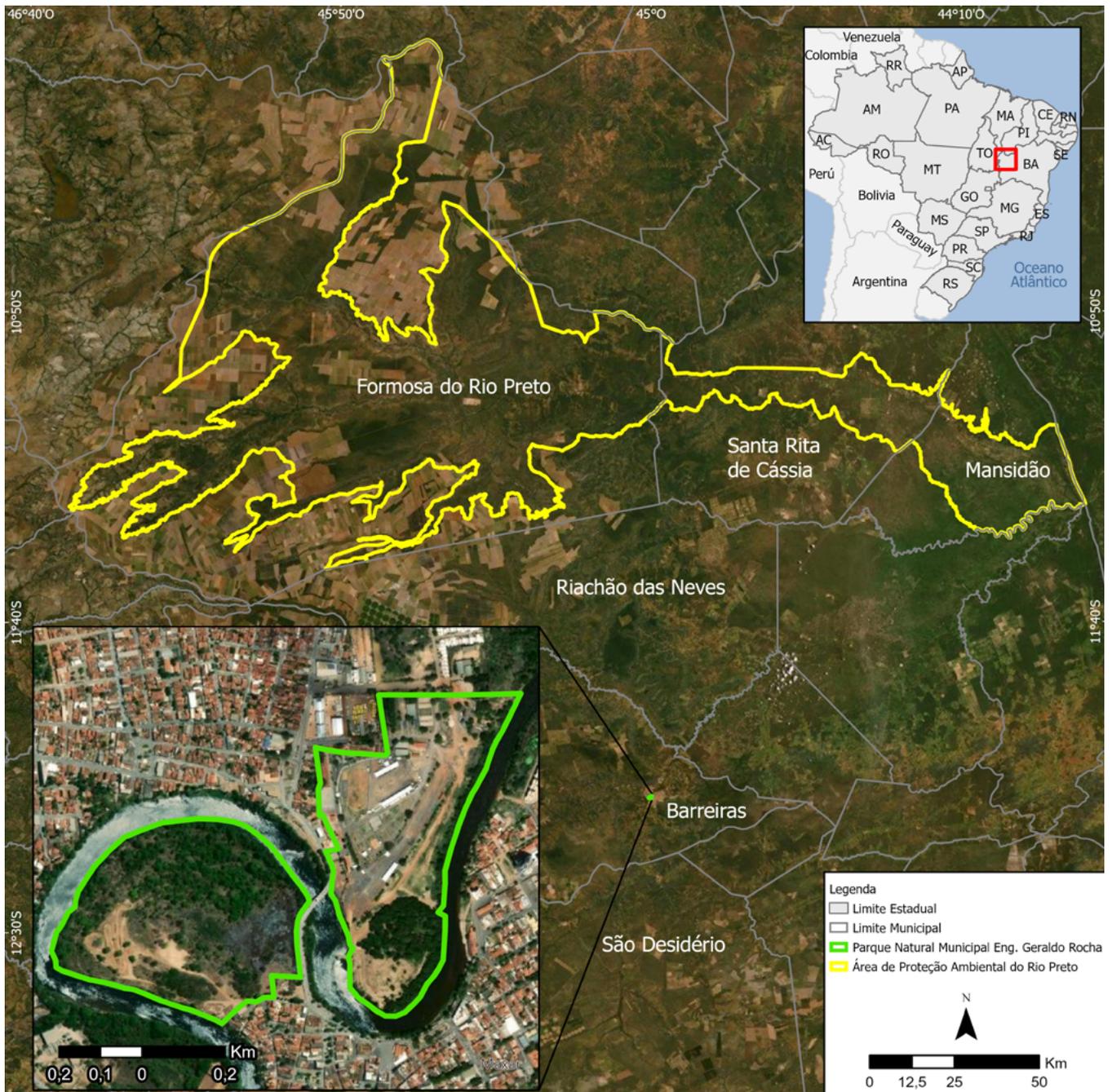
Relação de municípios e potenciais Áreas Protegidas a serem criadas com os atributos.

Tabela 1

Município	Estado	Nome	Categoria ⁵	Atributos ⁶	Área (ha)	Nota Geral
Palmas	TO	Parque do Papagaio Galego	Parque Municipal	Avifauna (papagaio galego, papagaios, araras, tucanos e outras), flora (floresta e mata cerrado) e serviços ecossistêmicos (com base em estudos ambientais de 2013).	18,74	65,5
Porto Nacional	TO	Parque Guariba	Parque Municipal	Fauna (aves, pequenos mamíferos, peixes, répteis, anfíbios), flora (cerrado, vereda e campo inundado), hidrografia (nascentes e APP do Lago de Palmas) e serviços ecossistêmicos.	10,65	42,5
São Desidério	BA	Parque da Lagoa Azul	Parque Municipal	Hidrografia (ressurgência de águas subterrâneas), geodiversidade (ecossistemas Carste e Hidrocarste), flora (aquática e cerrados), fauna (aquática e terrestre) e serviços ecossistêmicos.	41,56	37,5
Barreiras	BA	Parque de Barreiras	Parque Municipal	Flora (cerrado e matas galeria/ciliar em regeneração), fauna (aquática e terrestre), hidrografia (APP e áreas inundadas do Rio Grande) e serviços ecossistêmicos.	40,63	33,0
	BA	Monumento Natural Cachoeira do Redondo		Hidrografia (APP do Rio de Janeiro e cachoeira), Flora (matas ciliares, veredar e cerrado) e serviços ecossistêmicos, em especial recreação e estética.	2.327,00	
Santa Rosa do Tocantins	TO	Parque do Mangueiral	Parque Municipal	Fauna (aves, pequenos mamíferos, répteis, anfíbios), flora (cerrado, vereda e campo inundado), hidrografia (nascentes) e serviços ecossistêmicos.	7,13	29,5
Formosa do Rio Preto	BA	Parque da Várzea	Parque Municipal	Flora (cerrado e vereda em regeneração), fauna (avifauna), hidrografia (APP e áreas inundadas do Rio Preto) e serviços ecossistêmicos.	28,77	28,0

5 - Categorias propostas preliminarmente, a serem definidas após a caracterização ambiental das áreas.

6 - Atributos preliminarmente identificados, a serem conferidos após a avaliação ambiental das áreas.



Os resultados do diagnóstico espelham, de maneira realista, o panorama em nível administrativo municipal quanto às suas capacidades na gestão de Áreas Protegidas e à diversidade de ambientes potenciais para ampliação do sistema de conservação neste território, além das áreas identificadas. Por outro lado, é importante ressaltar que a ausência de dados e informações para a população dificultou a avaliação prévia e a preparação do roteiro da pesquisa, assim como interrupção das campanhas de campo inviabilizou a verificação detalhada do conjunto de informações oferecidas, conferindo uma limitação metodológica ao presente estudo. Portanto, novas testagens do método são recomendadas em futuras iniciativas similares.

Durante esta fase de diagnóstico, os principais entraves citados e comuns à maioria dos municípios para a boa

gestão de Áreas Protegidas foram a falta de pessoal, a infraestrutura e os recursos financeiros limitados; a falta de políticas municipais adequadas e de priorização das UCs; os problemas fundiários, além da falta de interesse no tema demonstrada por parte da administração pública.

O curso “Criação e Gestão de Áreas Protegidas Municipais no Matopiba” foi uma importante ação do projeto para capacitar, sensibilizar e engajar os gestores municipais e parceiros na temática e no processo de criação de UCs. As informações compartilhadas entre os participantes confirmaram que existem muitas áreas com potenciais que podem ser transformadas em espaços protegidos, garantindo os serviços ambientais essenciais para a região.

OS RESULTADOS ALCANÇADOS EM BARREIRAS, PALMAS E SANTA ROSA DO TOCANTINS

Barreiras, Bahia

A parceria com a Prefeitura de Barreiras, através da Secretaria de Meio Ambiente e Turismo (SEMATUR), firmada em junho de 2020, teve como objetivo a criação do Parque Natural Municipal Engenheiro Geraldo Rocha e do Monumento Natural da Cachoeira do Redondo. Devido aos desafios como a pandemia, as eleições municipais e a priorização da criação do parque urbano, o processo de criação do MONA Cachoeira do Redondo avançou até a etapa de elaboração dos estudos técnicos e planejamento da zona de amortecimento no Conselho Municipal de Meio Ambiente (CONDEMA). A criação desta UC, no entanto, foi recomendada no plano estratégico da Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio de Janeiro com o objetivo de ampliar a proteção da beleza cênica local, sendo ainda promissora e de grande interesse dos atores locais.

O PNM Engenheiro Geraldo Rocha é uma UC de Proteção Integral, com 44,54 hectares em área urbana e a primeira do município de Barreiras. Sua criação foi motivada pelo Termo de ajustamento de conduta - TAC firmado com o Ministério Público da Bahia, em decorrência do não cumprimento das obrigações previstas na Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. O processo seguiu as etapas apresentadas no Box 1, culminando no ato de criação da UC, por meio do Decreto nº 264/2020, de 13 de novembro de 2020. Os principais resultados alcançados no município de Barreiras foram:

1. Implementação de um Sistema Municipal de Unidades de Conservação (SMUC) de Barreiras para regulamentar os artigos 31 incisos I, II, III, V, VI e VIII; 33 inciso II; 35, 36 e 37 do Código Municipal de Meio Ambiente (CMMA);
2. Conclusão do Estudo Ambiental e Proposta de Zoneamento do Parque - Versão completa e Resumo Executivo;
3. Elaboração das orientações para o Plano de Manejo do Parque Natural Municipal;
4. Publicação do Estudo Final para proposta de implantação do Parque Natural Municipal Engenheiro Geraldo Rocha;
5. Publicação do Decreto nº 264/2020, de 13 de novembro de 2020, que dispõe sobre a criação do Parque Natural Municipal Engenheiro Geraldo Rocha;
6. Publicação do Decreto nº 265/2020, de 13 de novembro de 2020, que institui o Conselho Consultivo do Parque Natural Municipal Engenheiro Geraldo Rocha;
7. Produção de material informativo, como cartilha e vídeo, com as principais informações sobre o Parque Natural Municipal Engenheiro Geraldo Rocha, que será entregue à prefeitura.

Palmas, Tocantins

A parceria com a Fundação Municipal de Meio Ambiente de Palmas, firmada em julho de 2020, teve como objetivo a criação do Parque Natural Municipal Papagaio Galego, com aproximadamente 18 hectares em área urbana. Em 2012, a Prefeitura de Palmas protocolou o processo de criação desta UC, elaborou os estudos técnicos e realizou a consulta pública, com os recursos provenientes da compensação ambiental do microparcelamento da quadra ARSO 151⁷. No entanto, o processo foi interrompido em 2013 por orientação da Procuradoria do Município, sendo retomado com o projeto Áreas Protegidas Municipais no Matopiba.

No âmbito do projeto, o processo de criação do parque avançou até a apresentação da proposta de criação, zoneamento e apresentação dos resultados ao Conselho Municipal de Meio Ambiente, não tendo sido possível ainda a publicação do seu ato de criação por parte do órgão gestor. Os principais resultados alcançados no município de Barreiras, portanto, foram:

1. Capacitação dos servidores da Fundação Municipal de Meio Ambiente (FMMA);
2. Pesquisa online aplicada pelos servidores da Fundação com os moradores do entorno no parque, através de sugestão dada pela equipe do IEB;
3. Conclusão do Estudo Ambiental e Proposta de Zoneamento do Parque - Versão Completa e Resumo Executivo;

7 - Termo de Compromisso nº 11/2013, presente no processo de licenciamento ambiental nº 2012022208

4. Elaboração da proposta de criação do parque, que foi apresentada na reunião do Conselho de Meio Ambiente (CMA);
5. Elaboração das orientações para o Plano de Manejo do Parque Natural Municipal;
6. Produção de material informativo, como cartilha e vídeo, com as principais informações sobre o Parque Natural Municipal Papagaio Galego, que será entregue à prefeitura.

Santa Rosa do Tocantins, Tocantins

Santa Rosa foi o terceiro município a se engajar no projeto. A parceria com a prefeitura foi firmada em agosto de 2020, com o objetivo de apoiar a criação do Parque Mangueiral. A região em estudo para a criação de uma área protegida possui extensão total estimada em 7,13 hectares e está localizada na região central do município de Santa Rosa do Tocantins. O município passou por muitas dificuldades em relação à COVID-19, e praticamente metade dos servidores da prefeitura foi contaminada. Somado a isso, a falta de implementação de ações para a proteção da área permitiu a ocupação irregular do parque, o que representou um fator complicador para a criação em tempo hábil.

Os principais resultados alcançados neste município foram:

1. Elaboração do roteiro do Relatório Socioeconômico, a ser produzido pela prefeitura;
2. Análise preliminar dos instrumentos legais, normas e documentos relacionados ao município de Santa Rosa do Tocantins;
3. Realização de estudo topográfico e de imagem da área do parque;
4. Conclusão do Estudo Ambiental e Proposta de Zoneamento - Versão Completa e Resumo Executivo;
5. Elaboração das orientações para o Plano de Manejo.

Principais passos para criação das Áreas Protegidas no projeto

1. Preparação dos questionários e do roteiro metodológico;
2. Realização do diagnóstico municipal em campo, via questionário;
3. Análise dos resultados do diagnóstico e preparação do ranking;
4. Seleção dos municípios com oportunidades de criação a partir do ranqueamento;
5. Formalização da parceria com o município;
6. Análise do diagnóstico municipal e apontamentos de lacunas para a formalização do processo de criação de UC;
7. Orientações do passo a passo para criação de UCs para os representantes das prefeituras;
8. Proposição de minutas de decreto de regulamentação das políticas municipais de meio ambiente. Ex: Sistema Municipal de Unidades de Conservação no município de Barreiras;
9. Orientação, acompanhamento e sistematização das informações da pesquisa socioeconômica municipal realizada pelas prefeituras;
10. Elaboração dos estudos ambientais e da proposta de zoneamento das potenciais áreas;
11. Consolidação pela prefeitura do estudo técnico para a criação, disponibilizado previamente à consulta pública;
12. Elaboração de roteiro orientador para realização de consulta pública, que ocorreu de forma virtual;
13. Realização da consulta pública;
14. Elaboração do termo de referência com orientações para a realização do Plano de Manejo;
15. Elaboração de conteúdos de cartilha e cards para divulgação das UCs criadas;
16. Publicação via decreto da criação da área protegida.

APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS NA BAHIA: A FORMAÇÃO DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO RIO PRETO

Além da iniciativa de apoiar os municípios na criação de UC, o projeto identificou também a oportunidade de apoiar a formação do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) do Rio Preto, no âmbito da parceria com o Estado da Bahia. A APA do Rio Preto é uma unidade de conservação estadual, localizada na região Oeste da Bahia, nos municípios de Formosa do Rio Preto, Santa Rita de Cássia e Mansidão. A criação da APA do Rio Preto, pelo Decreto Estadual no 10.019, de 5 de junho de 2006, considerou as características naturais da área abrangida, com mais de 1 milhão de hectares, a exemplo dos remanescentes de florestas da Mata Atlântica, do Cerrado e da Caatinga e das nascentes e tributários da bacia hidrográfica do Rio Preto, importante pela sua potencialidade ecológica e concomitante elevada fragilidade ambiental.

O Conselho Gestor é o principal instrumento de promoção da gestão integrada e participativa das Unidades de Conservação. É presidido pelo órgão de gestão da UC e constituído por representantes dos órgãos públicos, das organizações da sociedade civil e da população residente, com o objetivo de tratar das questões ambientais, sociais, econômicas e culturais da localidade. Como referência para as UCs estaduais na Bahia, o processo de formação do Conselho Gestor da APA do Rio Preto teve a liderança do INEMA e seguiu as diretrizes e os critérios estabelecidos na Portaria N°. 7718 de 11 de junho de 2014.

Etapas para a formação do Conselho Gestor da APA do Rio Preto

- 1. Criação do grupo de trabalho:** composto pela equipe gestora e potenciais conselheiros, com a função de coordenar e conduzir todo o processo.
- 2. Caracterização do território e seus usos:** passo que identificou os setores que poderiam compor o conselho.
- 3. Plano de atividade:** documento que detalhou as ações de sensibilização, mobilização, articulação, e capacitação dos conselheiros.
- 4. Sensibilização e mobilização:** etapa que incluiu diálogos com os atores sociais identificados, com a participação de cerca de 70 entidades.
- 5. Composição do conselho:** A composição do conselho foi realizada através de um edital de convocação e através da reunião de eleição em fevereiro de 2021. No mês seguinte ocorreu a reunião de posse dos conselheiros.



Conclusões finais

A abertura de uma nova fronteira agrícola no Cerrado, a região do Matopiba, trouxe grandes mudanças nas paisagens naturais, resultando em fragmentação dos habitats, perda de biodiversidade, erosão do solo e diminuição na disponibilidade da água. Apesar das ameaças, a região ainda possui importantes fragmentos de vegetação nativa, que uma vez valorizados e protegidos podem ajudar a expandir a rede de conservação do bioma e proporcionar uma variedade de benefícios às populações.

A cooperação entre entes públicos, privados e da sociedade civil em torno da criação de Áreas Protegidas nos municípios, no âmbito do projeto, promoveu trocas de experiências e transferências de conhecimentos importantes para o fortalecimento das ações e o aumento da conscientização sobre o tema. Os processos de sensibilização e formação dos gestores públicos mostraram que ainda há muito por fazer na região em termos de fortalecimento de conhecimento técnico e documentação legal que respalde as Áreas Protegidas.

Uma unidade de conservação foi efetivamente criada, Parque Natural Municipal Engenheiro Geraldo Rocha, em Barreiras (44,54 hectares), e outras duas foram encaminhadas para o processo de criação, totalizando uma área de aproximadamente 70 hectares. Embora seja considerada uma porcentagem pequena de proteção, considerando o tamanho total do território do Matopiba, estas áreas representam benefícios relevantes para os municípios e servem de exemplo para ampliação da iniciativa. Neste processo, foram envolvidas mais de 150 instituições nos diferentes setores sociais, 23 municípios e pelo menos 200 pessoas participaram nas diversas etapas do trabalho. **A criação do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental do Rio Preto representa uma conquista importante para a governança participativa de mais de 1 milhão de hectares, em uma região com registros de intensos conflitos socioambientais.** Vale ressaltar que a condução do processo à distância foi também um importante resultado, visto que foi capaz de garantir a participação popular e lograr os resultados esperados perante à pandemia. Além disso, ações de fortalecimento das capacidades técnicas de atores locais e de secretarias municipais, tanto por ações de capacitação por meio de cursos como por campanhas de comunicação para o engajamento são resultados estruturantes para amplificação da proposta colocada neste trabalho.

Por fim, a criação de Áreas Protegidas no Matopiba se mostra não somente necessária, mas urgente na região. Este projeto identificou muitas oportunidades de continuidade nos municípios que podem ser concretizadas em novas Áreas Protegidas, para manutenção da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos, que garantem saúde e qualidade de vida às populações locais.

Referências

- Amaral, A. G., Munhoz, C. B., Walter, B. M., Aguirre-Gutiérrez, J., & Raes, N. (2017). Richness pattern and phytogeography of the Cerrado herb–shrub flora and implications for conservation. *Journal of vegetation science*, 28(4), 848-858
- Beuchle, R., Grecchi, R.C., Shimabukuro, Y.E., Seliger, R., Eva, H.D., Sano, E. & Achard, F. 2015. Land cover changes in the Brazilian Cerrado and Caatinga biomes from 1990 to 2010 based on a systematic remote sensing sampling approach. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0143622815000284>
- Fundação SOS Mata Atlântica, 2019. Valorização dos parques e reservas - ICMS Ecológico e as Unidades de Conservação da Mata Atlântica.
- IUCN-WCPA – International Union for Conservation of Nature and Natural Resources-World Commission on Protected Areas. Recognising and Reporting Other Effective Area-based Conservation Measures. Technical Report. Switzerland: IUCN, 2019.
- MMA – Ministério do Meio Ambiente. 2010. Plano de Ação para prevenção e controle do desmatamento e das queimadas no Cerrado: conservação e desenvolvimento. Ministério do Meio Ambiente, Brasília, BR.
- PINTO, L. P. & COSTA, C. M. R. Unidades de Conservação Municipais do Cerrado. Belo Horizonte: IEB Mil Folhas, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3dHvOFA>
- PINTO, L. P. et al. Unidades de Conservação Municipais da Mata Atlântica. São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica, 2017.
- CDB - Convenção sobre a Diversidade Biológica. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade/convencao-sobre-diversidade-biologica>. Acesso em abril de 2021.
- ICV – Instituto Centro de Vida et al. (Org.). Estratégias Políticas para o Cerrado. Brasília, ICV, 2018.ipais do Cerrado. Belo Horizonte: IEB Mil Folhas, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3dHvOFA>

Realização

Conservação Internacional Brasil (CI-Brasil)

Coordenação

Bruno Coutinho¹, Karine Barcelos² e Maria Isabel Martinez³

Autores

Michael Becker⁴, Aryanne Gonçalves Amaral⁵, Michael Jackson de Oliveira⁶ e Cláudia Sachetto Nascimento⁷

Organização

Maria Clara Marques⁸

Revisão

Iamilly Cunha⁹, Akel Saliba¹⁰, Henrique Paula¹¹

Diagramação

Flavio Forner (XIBÉ)

Citação sugerida

BECKER, Michael; AMARAL, Aryanne; JACKSON, Michael; NASCIMENTO, Claudia. (2021). O papel das áreas protegidas locais no desenvolvimento sustentável dos municípios em Matopiba, Caderno de Notas Técnicas do Programa Parceria para o Bom Desenvolvimento (GGP/ PNUD). Rio de Janeiro: Conservação Internacional Brasil, 2021.

O estudo foi realizado no âmbito da iniciativa global Parceria Para o Bom Desenvolvimento (Good Growth Partnership, em inglês), executado pela Conservação Internacional (CI-Brasil), com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e financiado pelo Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF). No Brasil, o projeto visa garantir a longo prazo a sustentabilidade da produção agrícola na região Matopiba, atuando em 10 municípios focais da região Central do Tocantins e Oeste da Bahia.

Os textos desta publicação podem ser reproduzidos no todo ou em parte desde que a fonte e os respectivos autores sejam citados.

1,2,3,8,9,10,11 Conservação Internacional Brasil

4,5,6,7 IEB